

**PROJETO DE LEI LEGISLATIVO
Nº 01/2018**

**SÚMULA: PROÍBE E DISCIPLINA O USO DE
CELULARES E SIMILARES NAS REPARTIÇÕES
PÚBLICAS EM HORÁRIO DE EXPEDIENTE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

EXCELENTÍSSIMO VEREADOR JOÃO BATISTA ROMÃO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO III DO ARTIGO 152 DO REGIMENTO INTERNO, PROPÕE A MESA OUVIDO O SOBERANO PLENÁRIO O SEGUINTE PROJETO DE LEI LEGISLATIVO:

Art. 1º- Fica proibido o uso de celulares e similares nos órgãos públicos, exceto quando utilizado como ferramenta de trabalho, devendo ser ligado a gestão, e não à comunicação, desde que não atrapalhe o trabalho normal e autorizado pelo chefe do setor de trabalho.

Parágrafo 1º - Fica assegurado ao chefe do setor de trabalho, o direito de aplicar a repreensão, que será inserto nos assentamentos funcionais.

Parágrafo 2º - Havendo reincidência, poderá o chefe do setor de trabalho, aplicar a penalidade de suspensão, devidamente fundamentado, que será inserto nos assentamentos funcionais.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Nova Santa Helena, 07 de fevereiro de 2018.

**JOÃO BATISTA ROMÃO
Vereador**

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Com a globalização o fenômeno das redes sociais é uma realidade mundial. No Brasil, o seu uso vem crescendo exponencialmente, inclusive nas escolas e órgãos públicos, como uma ferramenta para comunicação e gestão de trabalho. O fato é que, quando utilizado para gestão pública torna-se imprescindível para o bom funcionamento e atendimento dos serviços públicos. Sendo mais ágil e transparente, em consonância com os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Contudo essa nova realidade de interação e comunicação entre pessoas, empresas, órgãos e entidades públicas e privadas, quando não utilizada com critérios bem definidos pode trazer riscos ao bom atendimento e aos trabalhos, comprometendo o andamento, agilidade e principalmente o atendimento ao público.

Assim, urge a necessidade desta Casa de Leis construir parâmetros de segurança que orientem a conduta das redes sociais nos respectivos órgãos públicos para que não dificulte o andamento dos serviços, prejudicando o atendimento das atividades desempenhadas naquele órgão.

JOÃO BATISTA ROMÃO
Vereador